

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO: EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Silvana Cruz¹

RESUMO: O referido artigo aborda o Projeto Político-Pedagógico em conformidade com a Lei de Diretrizes da Educação nº 9.394/96, como marco regulatório da ação educativa, devendo ser o resultado de uma decisão coletiva, onde todos os agentes sociais da escola devem participar da sua construção, apontando a utilização da metodologia participativa, pois com o apoio e participação de todos na elaboração do planejamento fica bem claro o que se pretende e o que deve ser feito para se chegar aonde se quer, assim sendo, a escola construída em uma perspectiva construtiva, deve trabalhar buscando garantir a aprendizagem de todos. O Projeto Político-Pedagógico é a própria identidade da escola, neste sentido a escola ao se apresentar para a sociedade deve se explicar o porquê de sua existência, o seu papel e a sua função social. Poderá ser um instrumento de luta na medida em que a comunidade escolar unida e organizada, participa das decisões educacionais, fazendo valer o princípio de uma escola democrática. Aponta a Educação Ambiental como prática transformadora na construção da cidadania planetária e da sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico, Educação Ambiental, ética

¹ Mestra em Educação, Pedagoga da Universidade Federal do Amazonas. silvanaheloisa@ufam.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico é o norteador, a bússola que comandará a ação pedagógica da escola. Pode ser um instrumento de luta, a ser construído de forma participativa, onde todos os atores sociais professores, gestores, alunos, funcionários e a comunidade em geral deverão participar de sua construção.

A educação é uma atividade complexa, exige de quem a faça, um profundo conhecimento do homem em suas múltiplas dimensões : social, afetiva, cognitiva, histórica,cultural entre outras. Neste sentido, a ação educativa deve estar embasada no conhecimento, na ciência, na(s) tendência(s) pedagógica(s). Não dá para aplicar o senso comum, práticas do faz de conta, do improviso. A ação educativa, exige formação docente, respeito, valorização, compromisso e responsabilidade com o social.

Para se produzir o Projeto Político-Pedagógico faz-se necessário que sejam abordadas as questões: concepção de educação, homem, sociedade, currículo, planejamento e avaliação.

A educação ambiental como prática transformadora deverá ser inserida no PPP da escola de forma interdisciplinar, dialogando com as diversas áreas do conhecimento.

No âmbito da escola, as políticas públicas de educação ambiental inseridas nos PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) recomendam que o meio ambiente seja trabalhado de forma transversal em todas disciplinas do ensino, utilizando a metodologia interdisciplinar.

2. O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO NORTEADOR DA AÇÃO PEDAGÓGICA

A educação brasileira tem apresentado um quadro negativo em relação a aprendizagem dos alunos, observa-se em alguns dados divulgados recentemente na mídia sobre o ensino básico brasileiro, que a situação do ensino é negativa.

Os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio de 2010, demonstram que o ensino público vai mal. Estes dados foram divulgados no Jornal A Crítica (2011) que diz:

Oito em cada dez escolas públicas ficaram abaixo da média no último Exame Nacional do Ensino Médio (2010). É o que revelam os resultados do Enem por estabelecimento de ensino, que o Ministério divulgou ontem. O cálculo considera escolas em que, pelo menos, 25% dos alunos participaram do exame. Entre os colégios particulares, 8% não conseguiram superior a média nacional – um décimo do índice da rede pública. (...) Das 20 escolas com maiores médias, 18 são privadas e as duas públicas são vinculadas a universidades federais. Na outra ponta, todas as 20 piores são públicas.

Tais informações nos revelam que o ensino brasileiro, o que não é novidade, vai muito mal, necessitando urgente de um tratamento especial por parte das políticas públicas do estado brasileiro.

No âmbito legal, temos alguns instrumentos que indicam algumas intervenções para as possíveis saídas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e de sua ação conjunta com a Carta Magna, apresentam os princípios que regem a educação nacional, dessa relação harmônica, segundo SOUZA (1997) *que nascem a política e o planejamento educacionais, e depende o dia a dia do funcionamento das redes escolares de todos os graus de ensino.*

Ao atender os preceitos legais preconizados pela LDB nº9. 394/96 sobre dos princípios e fins da educação nacional, garante em seu 2º Artigo:

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (SOUZA,1997:9).

É possível dizer que a Nova LDB oferece meios legais e constitucionais para viabilizar tais princípios e fins da educação nacional, pois a referida lei garante a construção da gestão democrática, onde os agentes educativos são conclamados a participar desse processo. Sendo assim, faz-se necessário, que a

escola se responsabilize pela construção de seu projeto político-pedagógico, pois este norteará toda a sua ação educativa.

Reforçando esta idéia, o Prof. Libâneo afirma:

“O projeto representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade, tomarem sua escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas ações, visando a atingir os objetivos que se propõem. É o ordenador, o norteador da vida escolar” (OFICINA DE PROJETOS,2011).

A LDB N 9394/96 assegura em seu artigo 12 entre as incumbências da escola a possibilidade elaborar a sua proposta pedagógica, na administração de suas finanças e seu pessoal, na fiscalização do trabalho docente, na integração escola/comunidade, na prestação e difusão de informações, no cumprimento do mínimo de dias letivos, etc. (SOUZA,1997:32).

Ressalta-se a abertura que a LDB dá para que a escola construa o seu plano de ação, e este plano deve ser concebido dentro de processo participativo, deve ter os princípios e normas que nortearão a sua ação pedagógica, construir a sua identidade, a escola precisa se explicar para a sociedade a razão de sua existência para tanto necessita abarcar conceitos subjacentes à educação como epistemológicos, antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, éticos e políticos. Neste sentido é necessário trabalhar enfocando as questões: Qual o modelo de homem que a escola quer formar e para qual sociedade? Qual a sua filosofia de educação? Como se constrói o conhecimento? Como se processa o Ensino-Aprendizagem? E o sistema de avaliação? Como é construído o currículo? Como inserir a prática da educação ambiental visando a construção do sujeito ecológico?

Para elaborar e executar o Projeto Político-Pedagógico, é preciso saber o seu significado, a sua importância e a sua finalidade para o processo educativo transformador.

Para melhor compreensão acerca da temática, serão apresentados alguns conceitos de Projeto Político-Pedagógico.

Vasconcellos , conceitua o Projeto Político-Pedagógico como:

É o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de processo de Planejamento, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção da atividade prática da instituição neste processo de transformação (2003:169).

Para Veiga (1998):

O projeto pedagógico não é um conjunto de planos e projetos de professores, nem somente um documento que trata das diretrizes pedagógicas da instituição educativa, mas um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influencia e que pode ser por ela influenciado.

Já para Libâneo (2004):

É o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

De acordo com os conceitos apresentados desses autores citados, observa-se que em concomitância às exigências legais, este documento deve expressar as reais necessidades da escola, os anseios da comunidade, a escola como transmissora e produtora do conhecimento, trabalhando para o desenvolvimento do ser humano, valorizando a competência intelectual e técnica da clientela escolar, oferecendo oportunidade para a construção de uma cidadania plena.

Há de se considerar as duas dimensões do Projeto Político-Pedagógico, como explicam André(2001) e Veiga (1998):

A política e a pedagógica. Ele é “político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade” e é “pedagógico porque possibilita a efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo”.

Considerando que a prática pedagógica é complexa, marcada por conflitos e contradições, indaga-se?

E como fazer do PPP um documento norteador da ação pedagógica e garantidor de uma educação transformadora? Talvez não se tenha respostas prontas, mas algumas reflexões a serem consideradas. Vasconcellos (2003) aponta para a necessidade do PPP nascer de uma decisão coletiva, utilizando-se a metodologia participativa, pois em planejamento participativo, segundo Ott, 1984:30 apud Vasconcelos(2003):

Consciência, intencionalidade e participação são fundamentos mais marcantes. Nesta perspectiva o saber emerge através do diálogo, da decisão coletiva, a formação da consciência crítica a partir da reflexão sobre a prática de mudança.

Então, para que o PPP tenha legitimidade legal e pedagógica. Deve ser elaborado em um processo de discussão democrática, discutido, desenvolvido, estudado por todos atores sociais da escola. Aqui a escola deve promover a motivação, conclamando a comunidade para o debate. Pode ser promovido um ciclo de palestras com professores e especialistas em educação para ser debatido temas relacionados a educação como LDB nº 9394/96 e suas implicações para o ensino brasileiro; O que é educação? Avaliação da Aprendizagem; O Currículo Escolar frente às mudanças tecnológicas;

A Educação Ambiental para a sustentabilidade; As Tendências Pedagógicas na produção do conhecimento; Educação Especial e a inclusão social; Educação Indígena entre outros.

Devem ser consideradas algumas características na construção do PPP, no olhar de Veiga(2001):

a) Ser processo participativo de decisões; b) preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; c) explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; d) conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; e) explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

Ao adotar a metodologia participativa, cabe a escola (re)laborar e implementar seu Projeto Político-Pedagógico, de acordo com as Leis 9394/96 e 11.274/06, assegurando o respeito aos princípios do pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, garantindo-se a participação da comunidade em geral.

3. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL INSERIDA NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.

A Educação Ambiental emerge a partir da necessidade em solucionar os problemas ambientais ocasionados por este modelo de desenvolvimento econômico capitalista de natureza predatória e exploratória, portanto, insustentável. Pode-se dizer que o marco inicial do surgimento da temática ambiental, remonta a 1ª Conferência Mundial de Meio Ambiente Humanos, ocorrido em Estocolmo na Suécia em 1972. Como resultado deste encontro foi firmado acordos entre os países presentes signatários da (ONU) um documento que traz em seu bojo a necessidade de se educar o homem para a solução dos problemas ambientais. É possível dizer que a preocupação ambiental planetária, o carro chefe, surgiu desta conferência. Registra-se outros encontros internacionais de grande importância para a implantação das políticas públicas da educação ambiental em nível internacional, Belgrado (1975), Tbilisi (1977), Moscou (1987); Rio (1992) e Rio+10 (2002 em Johannesburg, África do Sul).

No Brasil, as políticas públicas da educação ambiental já se configuram uma realidade, através da Lei n 9.795/99 que oferece as orientações acerca da Política Nacional de Educação Ambiental.

No âmbito escolar os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) já apontam para a necessidade urgente de se trabalhar o meio ambiente de modo transversal e interdisciplinar.

A escola ao introduzir a Educação Ambiental em seu PPP, deve promover debates e discussões coletivas acerca dos problemas ambientais da sociedade pós-moderna, pois estamos vivendo momentos de incertezas e de crises,

momentos de intensas transformações técnico-científicas, ocasionando degradação e desequilíbrios ecológicos e se não forem contidas ameaçam a existência da vida. MORIN, E & KERIN, A.B apud PETRAGLIA ao se referirem sobre a crise planetária dizem:

O desenvolvimento tem dois aspectos. Por um lado, é um mito global em que as sociedades industriais atingem o bem estar, reduzem as suas desigualdades extremas e proporcionam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar. Por outro lado, é uma concepção redutora, em que o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais. Esta concepção ignora os problemas humanos da identidade, da comunidade, da solidariedade e da cultura. Assim, a noção de desenvolvimento continua gravemente subdesenvolvida. A noção de subdesenvolvimento é um produto pobre e abstracto de noção pobre e abstracta de desenvolvimento (2011:72).

A crise planetária para Morin, é o resultado da busca incessante realizadas nas sociedades civilizatórias em prol do progresso e do desenvolvimento das ciências, da razão e da técnica.

Na área educacional, Morin ,considera que há necessidade de se reformar o pensamento a partir de uma visão integradora para que se compreenda a crise planetária existente no Planeta Terra, sugere a complexidade como uma possibilidade de superação da visão fragmentada e reducionista do saber.

É preciso compreender as relações existentes entre as partes e o todo na construção do conhecimento, pois o mesmo é integrado, não é fragmentado, é preciso romper as fronteiras do isolamento e da redução.

Ao se referir sobre o trabalho de Edgar Morin, PETRAGLIA afirma que o *subsídio de seu pensamento para a educação está na teoria e na prática, do “do tudo se liga a tudo” e é no “aprender a aprender” que o educador transforma a sua ação numa prática pedagógica transformadora.*

Trata-se de uma mudança de mentalidade e postura diante de sua compreensão de mundo, de renovar e renovar-se sempre, a caminho de uma

concepção multidimensional e integradora, em que a pessoa, mais que indivíduo, torna-se sujeito planetário, a partir da auto-eco-organização (2011:82).

Ainda sobre os problemas relacionados ao meio ambiente, Leff (2001:191) apud Guerra) considera que todos os problemas ambientais estão no limite. Segundo ele,

A crise ambiental é a crise do nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo. Esta crise apresenta a nós como limite no real, que ressignifica e reorienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade.

Na pós-modernidade, o homem, parece perceber o rastro de sua destruição provocadas ao planeta e que para a garantia da vida e de sua sobrevivência na terra,, necessita voltar a viver em comunidade adotando a prática da solidariedade e da conservação ambiental.

Neste sentido, a educação ambiental deve ser desenvolvida inicialmente com as crianças para que desde cedo possam entender o ambiente onde estão inseridas, observando o seu funcionamento, sua importância e a necessidade de sua preservação para a garantia da vida. Aponta-se para que a escola inicie o trabalho com atividades que estejam relacionadas ao mundo real da criança. Aqui, os hábitos, as atitudes, o comportamento, a sensibilidade, a solidariedade, o respeito mútuo, e a ética são pontos a serem refletidos e desenvolvidos em uma agenda ambiental incluída no PPP da escola.

É preciso resgatar a ética do cuidado, como afirma BOFF:

O cuidado é, na verdade, o suporte real da criatividade, da liberdade e da inteligência. No cuidado se encontra o ethos (ética) fundamental do humano. Quer dizer, no cuidado, identificamos os princípios, os valores e as atitudes que fazem da vida um bem-viver e das ações um reto-agir." BOFF,1999: apud Jornal Mundo Jovem, 2011.

O trabalho educativo realizado no âmbito escolar pode contribuir para esta realização.

Nesta perspectiva o aluno é visto como sujeito epistêmico, produtor de cultura, sujeito dialético, histórico, inventivo e criativo. Para que o aluno aprenda, faz-se necessário a criação de um ambiente em que se favoreça a aprendizagem.

Segundo Hoffman, *a dimensão do prazer de aprender é de natureza diversa das demais dimensões da aprendizagem. É necessário ter clareza disso para formar aprendizes para toda a vida.*

Conforme Fernandez (2001 apud Hoffmann:35):

A tarefa do professor, para além do ensinar, é de abrir espaços para aprender, onde se dêem, simultaneamente, a construção de conhecimentos e a construção de si mesmo, como sujeito criativo e pensante. “ Os pais e professores, como primeiros ensinantes, podem nutrir e produzir nas crianças esses espaços nos quais o aprender é construtor de autoria de pensamento ou ainda perturbá-los e até destruí-los”.

A aprendizagem deve nascer de momentos alegres e prazerosos para a criança, isto depende de seus ensinantes, sejam pais, professores, avós e irmãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político-Pedagógico poderá ser ou não um instrumento de luta e resistência do professor desde que nasça de um planejamento participativo, onde a intencionalidade, a participação e a competência são elementos necessários para sua construção.

O professor tem que dominar o seu fazer pedagógico, precisa estudar, sair da situação de alienação, discutir, analisar e participar das discussões sobre as políticas públicas da educação brasileira, saber quais tendências pedagógicas podem ser aplicadas no seu dia a dia. Como se dá o conhecimento, quais as teorias de desenvolvimento aplicadas no ensino e quais são teóricos que embasam tais teorias, saber sobretudo qual a concepção que se tem de educação e de homem. Deve ter uma postura interdisciplinar, e isto requer no dizer de JAPIASSU (1979:10 apud PENÃ 2001:63) criar, reinventar, ousar, ter equilíbrio interior, ser humilde, conviver com a dúvida e caminhar na incerteza.

Para FAZENDA,

É rever o velho para torná-lo novo ou tornar novo o velho. (...) A tese é de que o velho sempre pode tornar-se novo, e de que em todo o novo sempre existe algo de velho. Novo e velho – faces da mesma moeda – depende da ótica de quem as lê, da atitude de quem as examina – se disciplinar ou interdisciplinar (2008:161).

A inserção da Educação Ambiental no PPP da escola, utilizada como prática transformadora, no sentido de questionar a situação dos problemas ambientais no planeta terra, produzidos pelo homem dentro de uma lógica de desenvolvimento decadente, responsável pela exclusão social, aumento das desigualdades sociais. Pode ser uma grande aliada na construção de uma cidadania planetária.

REFERÊNCIAS

BAFFI, Maria Adelaide Teixeira. **Projeto pedagógico: um estudo introdutório.** Pedagogia em foco, Petrópolis, 2002. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/gppp03>. Acesso em 15/09/2011.

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional.** 11 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

JORNAL A CRÍTICA. **Ensino público vai mal**, caderno A 10, n 21.716 de 13 de setembro de 2011. Manaus, 2011

JORNAL MUNDO JOVEM. **Ética nas relações sociais.** Porto Alegre, 2011.

HOFFMANN, Jussara. **O jogo contrário em avaliação.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

OFICINAS DE PROJETOS. Disponível em < <http://vicenteoficina.blogspot.com/2007/12/> acesso em 13/09/2011.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão. **Metodologias em educação ambiental.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PETRAGLIA, Izabel. **Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber.** 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SOUSA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Eurides Brito da Silva. **Como entender e aplicar a nova LDB nº 9.394/96.** São Paulo: Pioneira, 1997.



VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização**, 10 ed. São Paulo: Libertad,2003.

_____. **Avaliação da aprendizagem:práticas de mudança – por uma práxis transformadora**. 5 ed. São Paulo: Libertad,2003.